

-----**ACTA N.º 3/2006**-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e seis, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Margarida Cabral Lucas de Almeida Barros Moura, estando presentes os seguintes membros:-----

-----Albino Freire Bárbara; Fernando Fonseca Veiga; Luís Carlos Fernandes Santos; Manuel António Simão; Manuel António de Almeida Portugal; Cláudia Maria Geraldes Aguiar; Horácio Monteiro Antunes; José António Ramos da Costa; José Carlos Oliveira Morgado; Nuno Miguel Rodrigues Nascimento; António Rego Rodrigues Veloso; Júlio dos Santos Ambrósio; Jorge José de Sousa Coelho; Carlos Abel Gonçalves da Silva Patrocínio, Presidente da Junta de Freguesia de Açôres; Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal; Manuel Naves, Presidente da Junta de Freguesia de Cadafaz; João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana; Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro; António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçô da Serra; Joaquim Fernando Costa Monteiro, Secretário da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego em substituição do Senhor José Albano Ferreira Paulino; José Pedro Gonçalves Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão; José Carlos Ferreira Sequeira, Secretário da Junta de Freguesia de Mesquitela em substituição do Senhor João da Silva Cardoso; Paulo Jorge Malta Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal; Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira; Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Salgueirais; José Flor de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Santa de Maria; António Carlos Neves dos Santos, Secretário da Junta de Freguesia de São Pedro, em substituição do Senhor Luís Filipe Ramalho da

Costa Cardoso; Ana Cristina Dias Pires 1ª Vogal da Assembleia de Freguesia de Vale de Azares em substituição do Senhor Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria; Carlos Manuel Afonso Dias, Secretário da Junta de Freguesia de Velosa em substituição do Senhor Carlos José Osório Gonçalves; António José Gonçalves Martins, Secretário da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas em substituição do Senhor José da Silva do Adro e César Ferrinho de Olival, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego. -----

-----Faltaram a esta sessão os seguintes membros: -----

-----Carlos Jorge Ramalho, José Albano Pereira Marques, Helder António da Costa Gomes, Manuel João Inácio, Gonçalo Manuel Rainho Camacho, Luís Manuel do Nascimento Saraiva, Pedro Herlander Albuquerque José, Maria Silvina Achando da Cruz Santos, António Manuel dos Reis Álvaro, Agostinho Augusto dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, Paulo Sérgio Silva Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira e Augusto Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa. -----

-----Em virtude do primeiro e segundo Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Deputados António Manuel dos Reis Álvaro e Luís Manuel do Nascimento Saraiva terem faltado a esta sessão, foram convidados para desempenhar essas funções os Senhores Deputados Luís Carlos Fernandes Santos e Júlio dos Santos Ambrósio. -----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, Luís Carlos Fernandes Santos e Júlio dos Santos Ambrósio, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do número um do artigo vinte e um do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de “Intervenção do Público”.-----

-----Interveio o Senhor Alfredo Rocha apresentando alguns assuntos referentes à Freguesia do Fornotelheiro e estranha mais uma vez a ausência do Senhor Presidente da Junta desta Freguesia. Referiu-se ao cemitério de Celorico-Gare e à necessidade do seu alargamento, dizendo que o anterior Executivo afirmava que o assunto estava a ser tratado, mas tal não se verificou.-----

-----Perguntou se o actual Executivo tinha conhecimento do alcatroamento de um caminho para uma quinta particular e disse que o caminho público que precisava de ser alcatroado, ainda se encontra por arranjar.-----

-----Por fim, referiu-se à limpeza do caminho da Ponte das Olas e às reuniões públicas, que este Executivo está a levar a efeito pelas freguesias deste Concelho.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara começou por cumprimentar todos os presentes e disse que relativamente ao cemitério de Celorico-Gare teve uma reunião com o Senhor Presidente da Junta, que lhe comunicou não haver terreno dentro do cemitério, tendo como única solução a aquisição de terrenos junto ao mesmo.-----

-----Foi feito um levantamento do caminho do Fornotelheiro pelo Engenheiro responsável, para depois se poder avançar para uma candidatura.-----

-----Relativamente à limpeza dos caminhos, a Câmara não possui estruturas capazes, quer no que concerne a meios humanos, financeiros ou logísticos para poder apoiar todas as freguesias e proceder à limpeza dos cerca de quatro mil caminhos. Outrora, as Juntas de Freguesia conjuntamente com a população residente procediam à limpeza da

freguesia, actualmente, dependem da Câmara. Para o próximo ano e em conjunto com as Juntas de Freguesia, irá ser elaborado um mapa assinalando as zonas mais críticas e prioritárias a serem limpas.-----

-----Quanto à necessidade de cortar de algumas iluminárias no Concelho, surge como consequência da dívida à EDP e do não cumprimento do protocolo que existia com esta entidade por parte dos anteriores Executivos. Deste modo, foi efectuado o corte dos excedentes de pedidos de electrificação onde não se justificava a sua existência. Posteriormente, irá ser efectuado um levantamento em colaboração com as Juntas de Freguesia, a fim de se apurar sobre a necessidade de se proceder à reposição de iluminárias, nos locais que se considerem mais necessários. Com isto, conseguiu-se diminuir a dívida existente com a EDP e actualmente a facturação está a ser paga com um mês de atraso. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**ASSUNTOS QUE NÃO ESTEJAM INSCRITOS NA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no artigo vinte e dois do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----Para apresentar um protesto, usou da palavra o Senhor Deputado Albino Bárbara referindo, que ao serem eleitos nas eleições autárquicas realizadas em Outubro último para desempenharem as funções atribuídas a este Órgão máximo que é a Assembleia Municipal, considerou uma falta de respeito, não lhes ter sido enviado um convite para participarem nas comemorações do Feriado Municipal.-----

-----Questionou também o Senhor Presidente da Câmara, se este Município já se tinha candidatado ao novo quadro comunitário de apoio para o ano de 2007 e quais as obras que estariam contempladas. -----

-----Pretendeu saber, a razão pela qual o serviço de Contabilidade desta Câmara lhe solicitou a apresentação de uma declaração de não dívida à Segurança Social. -----

-----Sobre a COMURBEIAS, disse que o Presidente da Junta desta Associação convocou uma Assembleia, para o dia seis de Julho do corrente ano, para se proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente e do Secretário da Mesa da Assembleia e para a Instalação e Tomada de Posse da Junta da COMURB. Disse ter falado com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Trancoso e que este lhe deu conhecimento da reivindicação que foi feita pelo Município, porque segundo os critérios adoptados pela Câmara Municipal da Covilhã (que como organizadora da lista) colocou os três nomes dos candidatos do Município de Trancoso, nos últimos lugares. Chamando atenção ao Senhor Presidente da Câmara da Covilhã para a possibilidade de Trancoso poder ficar sem qualquer representante, pois segundo a aplicação do método de hondt, na lista “Municípios pelo Futuro” o Município de Trancoso seria o único que não teria qualquer eleito na Assembleia da COMURBEIRAS, o que se veio a verificar. -----

-----Disse ainda, e reafirmando a sua opinião, que a COMURBEIRAS é um “nado morto”.-----

-----De seguida interveio o Senhor Deputado Manuel Simão, alertando para o facto de uma árvore estar a tapar a visibilidade da placa de sinalização de “Celorico da Beira” colocada na A25.-----

-----O Senhor Deputado Horácio Antunes apresentou a moção que se transcreve, a favor da abertura do IP5 entre o nó do Alvendre - Guarda/Ponte do Ladrão:-----

-----“Senhora Presidente, Senhores Secretários, Executivo, Membros da Assembleia Municipal.-----

-----Na semana passada, os autarcas das freguesias do Mondego reuniram-se para manifestar a reabertura do IP5 entre estes nós até ao Porto da Carne. Queremos aqui apresentar também o desagrado, por as nossas freguesias não terem estado representadas, mas dizer aqui que o encerramento do IP5 com as novas obras da A25 afecta também a Lageosa do Mondego, Açores, Aldeia Rica, Baraçal, Velosa e outras freguesias do Concelho, assim como freguesias dos Concelhos de Trancoso e Pinhel.-----

-----Assim cabe-nos a nós e a esta Assembleia reivindicar também a reabertura do IP5 entre a Guarda e a Ponte do Ladrão, uma vez que ficará desactivado e tem boas condições para a circulação de automóveis. Esta Assembleia Municipal deverá apresentar este descontentamento e alertar as entidades competentes para repor essa circulação.-----

-----Celorico da Beira, 29 de Junho de 2006 -----

-----O Deputado Horácio Monteiro Antunes.”-----

-----Seguidamente o mesmo Senhor Deputado apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel da Cruz Gonçalves que seguidamente se transcreve:-----

-----“Este mês faleceu na Velosa o Senhor Manuel da Cruz Gonçalves, antigo Presidente da Junta de Freguesia.-----

-----Um homem que sempre trabalhou em prol da nossa aldeia e também do Concelho enquanto membro desta Assembleia Municipal.-----

-----Queria aqui manifestar o reconhecimento devido, e os sentimentos à família.-----

-----Não sei se seria muito pedir um minuto de silêncio visto tratar-se de um ex-autarca e ex-deputado municipal.-----

-----Celorico da Beira, 29 de Junho de 2006 -----

-----O Deputado Horácio Monteiro Antunes.”-----

-----De acordo com o disposto no número cinco do artigo vinte e dois do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, foram colocadas à votação a moção e a recomendação apresentadas nesta Assembleia.-----

-----**Posta a votação, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a moção da reabertura do IP5 entre a Guarda e a Ponte do Ladrão devendo ser apresentado este descontentamento e alertadas as entidades competentes no sentido de repor essa circulação.**-----

-----**Deliberou também, por unanimidade, aprovar o voto de pesar e o minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Manuel da Cruz Gonçalves antigo Presidente da Junta de Freguesia da Velosa.**-----

-----De acordo com o disposto no número sete do artigo vinte e dois do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados.-----

-----Em resposta às questões formuladas pelo Senhor Deputado Albino Bárbara, o Senhor Presidente da Câmara referiu-se ao caso inédito que antecedeu as comemorações do dia do Feriado Municipal e cujas críticas já tinham servido de emenda para futuramente serem corrigidas algumas situações anómalas. Disse que tinha contactado os funcionários ligados ao Gabinete de Relações Públicas, (sem querer referir nomes) para se apurarem responsabilidades. E continuou dizendo, que as comemorações do Feriado Municipal tinham sido devidamente publicitadas com a afixação do programa em cafés não só da Vila como também das aldeias do Concelho, também tinham sido elaborados e distribuídos por aqueles serviços convites, incentivando a população a participar nos eventos, portanto, à partida estavam todos convidados.-----

-----Referiu que tinha sido informado, mediante comunicação escrita do Gabinete de Relações Públicas, do lapso havido por parte dos serviços ao não enviarem os convites aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta de Freguesia, como é frequente em todos os eventos promovidos pela Autarquia. Este lapso, é justificado também,

pelo facto de estar a decorrer nesta Autarquia uma acção de formação para a certificação de qualidade de determinados serviços e por isso ter havido uma certa descoordenação, tendo os funcionários visados, assumido já a sua falha e ele como Presidente deste Município, também a assume.-----

-----Quanto aos fundos comunitários, agradeceu a atenção manifestada, informando que os técnicos deste Município se encontram actualmente a trabalhar em vários projectos, para serem presentes numa próxima reunião com o intuito de se apresentarem as respectivas candidaturas ao quadro comunitário em causa.-----

-----Esclareceu também que a Carta Educativa carece de uma reestruturação e que a rede de Abastecimento de Água e o Saneamento do Concelho necessitam de uma intervenção urgente, pois a água em qualidade e quantidade só é comparada à do terceiro mundo. Este Concelho, possui apenas uma estação de tratamento de água e não tem capacidade para fazer as desinfecções necessárias. Faltam estações de águas residuais. O Senhor Presidente da Câmara considerou todas estas obras prioritárias e a necessitarem com urgência de uma candidatura. Referiu-se também, à necessidade premente de obras no edifício da G.N.R., sobre as quais já deu conhecimento ao Senhor Secretário da Justiça; referiu ainda que os edifícios dos Bombeiros Voluntários e da Escola C+S de Celorico da Beira não possuem áreas envolventes que permitam o seu alargamento.-----

-----Mencionou ainda outros projectos tais como: a zona desportiva, as modalidades que lá serão praticadas, havendo por isso a necessidade de dotar aquela zona com novos equipamentos; as vias de comunicação da EN 16; os projectos de estudo sobre energias renováveis – estudo do biogás; o Parque Industrial; a revisão do PDM e outros projectos que constam na Informação Escrita a apresentar no Ponto III da Ordem de Trabalhos desta Sessão.-----

-----Relativamente à Declaração de não dívida à Segurança Social, o Senhor Presidente disse tratar-se de um procedimento normal para com as

entidades fornecedoras deste Município, mas para a situação específica do Senhor Deputado Albino Bárbara, não se justifica a apresentação de qualquer declaração.-----

-----No que concerne à situação da Comurbeiras, disse ter sido recebido um ofício proveniente da Câmara Municipal de Trancoso, o qual foi presente a reunião do Executivo de 19/06/2006 e sobre o mesmo tendo sido deliberado, por unanimidade, manifestar a solidariedade deste Município para com o Presidente da Câmara Municipal de Trancoso, a fim de ser estudada a repetição do acto eleitoral, corrigindo-se a elaboração da lista. --

-----Quanto à abertura do IP5 entre o nó do Alvendre – Guarda/Ponte do Ladrão foi efectuada uma reunião com a Lusoscut e com o Senhor Engº Martins, tendo como objectivo a desactivação do IP5 entre os troços supramencionados. Na sequência da recepção das estradas nacionais, o Município da Guarda, conjuntamente com este Município de Celorico da Beira, terão que analisar e verificar qual a melhor solução que sirva ambos os Concelhos.-----

-----Seguidamente, interveio o Senhor Vereador José Luís Cabral fazendo também menção à Declaração de não dívida à Segurança Social pedida ao Senhor Deputado Albino Bárbara esclareceu, que existe um ficheiro com o registo de todas as entidades que prestam serviços a este Município e por isso, foi enviado a todas o mesmo modelo de ofício, solicitando a referida declaração. A lei, obriga a que todos os fornecedores apresentem essa Declaração que comprova a situação regularizada com a Segurança Social para que a Câmara lhes possa adquirir materiais e serviços.-----

-----Relativamente às comemorações do Feriado Municipal, disse que tudo tinha decorrido como o previsto, à excepção dos convites aos Senhores Presidentes de Junta e Deputados, mas, não seria só o Senhor Presidente da Câmara a assumir este lapso, também todo o Executivo o assumia.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**CONHECIMENTO SOBRE JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos pedidos de justificação de faltas à Sessão Ordinária de vinte e oito de Abril de dois mil e seis, por motivos de ordem profissional e apresentadas pelos Senhores Deputados Carlos Jorge Ramalho, Fernando Fonseca Veiga, Pedro Herlander Albuquerque José, José Carlos Oliveira Morgado e Nuno Miguel Rodrigues Nascimento.-----

-----Deu também conhecimento dos pedidos de justificação de faltas da presente Sessão Ordinária, por motivos de ordem profissional e apresentadas pelos Senhores Deputados Manuel João Inácio e Maria Silvina Achando da Cruz Santos.-----

-----**II - APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E SEIS**-----

-----Foi presente a acta número dois, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e oito de Abril de dois mil e seis, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor e oito abstenções por os Senhores Deputados que se abstiveram não terem estado presentes na referida Sessão.**-----

-----**III - INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea e), do número um, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco – A de onze de Janeiro de dois mil e dois, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da actividade do Município, desde a última Sessão Ordinária até à presente data documento que se anexa a esta acta (**anexo I**), tendo feito alusão às actividades mais importantes. -----

-----Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana, colocando duas questões ao Senhor Presidente da Câmara, sendo uma sobre a rede de abastecimento de água - se já existe alguma solução para sanar o problema da falta de água na Freguesia e a outra relativamente ao encerramento da escola, afirmando que quanto à exposição por si feita à DREC já tinha recebido um ofício daquela Direcção Regional, dando-lhe a resposta que pretendia. -----

-----Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara começou por referir, que o projecto da autoria da Empresa Águas do Zêzere e Côa é péssimo para o Concelho de Celorico da Beira. É um projecto que consta unicamente de um sistema para a Vila de Celorico e Freguesia do Fornotelheiro e de um subsistema que contemplava apenas algumas freguesias, não constando outras do referido projecto. Face à sua discordância relativamente a esse projecto, reuniu com os responsáveis das Águas do Zêzere e Côa, tendo-lhes transmitido que este Executivo não estava de acordo com aquele processo, dizendo-lhes também, que a Empresa deveria apresentar um estudo credível, porque senão o projecto não seria assinado. Sugeriu também aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que juntamente com o Executivo encontrassem a melhor solução para o problema. -----

-----Sobre o processo de encerramento das escolas, disse já ter sido muito debatido, a maior parte dos Concelhos estão centralizados e mantêm

apenas um ou dois itinerários. Uma vez que o Ministério da Educação não deixa que todas as escolas fiquem em funcionamento, este Executivo juntamente com a luta encetada por alguns Presidentes de Junta conseguiram manter algumas delas a funcionar. À Câmara, compete o transporte dos alunos mas os autocarros não reúnem as condições exigidas por lei, pelo que terão que ser adquiridas novas viaturas, não obstante o enorme peso que isto acarreta para o Orçamento da Câmara. A nova legislação dos transportes escolares, obriga ao uso do cinto de segurança e ao acompanhamento das crianças, por auxiliares de educação. -----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana disse, que entende os motivos porque as escolas encerram, mas o Jardim de Infância da Freguesia continua a funcionar, sendo por isso, um sinal de que há crianças para o poderem frequentar. -----

-----Tomando a palavra, o Senhor Vereador Responsável pelo pelouro da Educação José Luís Cabral, deu uma explicação mais detalhada sobre o encerramento das escolas do Concelho, começando por referir que de início estava previsto encerrarem 19 escolas e após algumas reuniões com os responsáveis sobre a matéria foi acordado o encerramento de apenas 9. A partir de então, o próprio Ministério da Educação, sentiu-se também pressionado por este Município e lançou o repto no sentido do Município intervir. -----

-----Era de todo conveniente colocar as escolas de acolhimento a funcionar perto da sede do Concelho, de modo a que, o transporte das crianças se faça no mais curto espaço de tempo possível. A Autarquia pretende criar uma maior proximidade dos alunos à sede do Concelho. -----

-----A Autarquia irá apresentar candidaturas, de entre outras, para a oferta de aulas de Música que decorrerão após o horário escolar, no sentido de se prestarem melhores condições às crianças. -----

-----Concorda também com a centralização das escolas na sede do Concelho, justificando a proximidade dos filhos, do local de trabalho dos pais e da ocupação do tempo livre – após o horário escolar - com actividades, onde se incluam as aulas de Inglês e de Educação Física, referenciadas na candidatura supracitada.-----

-----Disse ainda, que a Carta Educativa está incompleta e que os Municípios da Cova da Beira estão a fazer um estudo a custo zero, no sentido de a corrigir.-----

-----Ainda regressando ao problema de falta de água, o Senhor Presidente da Câmara disse que se verificou um enorme gasto de água, que há casas sem contadores, há “tubos ladrão” ligados à rede e que são utilizados para regarem os quintais, apela por isso, aos Senhores Presidentes de Junta que denunciem estes procedimentos e sensibilizem a população no sentido de que estas situações não se voltem a verificar. -----

-----Disse ainda que foi feito um levantamento, no sentido de se apurar o número de habitantes que não pagavam a água, tendo-se chegado à conclusão que cerca de duzentas pessoas se encontravam naquela situação. Presentemente, a Câmara debate-se com a falta de contadores de água para poder fornecer os utentes. -----

-----O Senhor Deputado Albino Bárbara solicitou permissão para se ausentar, em virtude de compromissos profissionais.-----

-----**IV - CONTRACÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE 788.801€**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, acompanhada de um Relatório de Análise das propostas apresentadas para Contracção de um Empréstimo, no valor de 788.801€ (setecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e um euros), que fica apensa a esta acta (**anexo II**).-----

-----O Senhor Presidente da Câmara fez uma breve explanação sobre o assunto, relativamente ao montante e à distribuição de verbas pelas rubricas tais como investimentos existentes nas GOP de 2006 designadamente manutenção e reparação e alargamento de redes públicas (água) / requalificação de infra-estruturas de saneamento / instalação de serviços – edifícios municipais / asfaltamento, calcetamento e reparação da rede viária / expropriações / pequenas obras nas freguesias / equipamento básico / polidesportivos / requalificação do Castelo, Torre do Relógio, Igreja de Santa Maria / Escola EB 1 de Celorico da Beira e equipamento informático. -----

-----Seguidamente interveio o Senhor Vereador António Silva dizendo que havia projectos que estavam perdidos e que já tinham sido recuperados. O financiamento dessas obras será sempre suportado em parte, pela Câmara e estes três anos irão ser muito importantes. -----

-----Referindo-se à nova Proposta de Lei das Finanças Locais que consagra um novo sistema de financiamento autárquico, baseado no reforço de autonomia local e nos princípios da descentralização, neutralidade financeira, coesão territorial, sustentabilidade local, racionalização territorial, solidariedade e transparência, consagrando-se assim, um novo modelo de participação dos municípios nos impostos do Estado. Disse também, que uma das sugestões apresentadas pela nova legislação é de que os municípios passam a participar directamente no IRS cobrado no Concelho. Esta participação é composta por duas parcelas, uma fixa de 2% e uma variável que pode chegar aos 3%, cabendo por isso aos municípios definir qual a percentagem que pretendem fixar aos seus munícipes. -----

-----Outra sugestão apresentada pela nova legislação é, sobre os municípios que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira que serão sujeitos a um plano de reestruturação financeira e sempre que estas situações se verifiquem há

uma tomada de posição nesse sentido, que vai condicionar a gestão da Autarquia, o que no caso específico deste Município e perante a sua análise económica e financeira, levaria à declarada situação de desequilíbrio financeiro impossibilitando assim a realização das obras previstas. -----

-----O Senhor Vereador disse ainda, que se os valores do endividamento ultrapassarem os cinco milhões de euros, este Município não terá condições de governação. Fez referência às dívidas sucessivas à Caixa Geral de Depósitos, à Firma Manuel Rodrigues Gouveia e ao desequilíbrio verificado nas Operações de Tesouraria que são dinheiros públicos, depositados à ordem da Câmara e que este Executivo está a tentar recuperar da situação deixada pelo anterior Executivo. -----

-----Referiu que o desinteresse que a Banca demonstra em relação a este Concelho, é notório, uma vez que apenas três Instituições concorreram, sendo que a Caixa Geral de Depósitos apresenta as melhores condições a nível de spread, taxa de juro, em termos de amortização de capital será a mais adequada devido à situação financeira da Câmara. É um empréstimo a médio e longo prazo, cujo montante será aplicado em pequenas obras. ---

-----**Submetido a votação, a Assembleia deliberou, por maioria, com uma abstenção, autorizar a proposta de contracção de um empréstimo no valor de 788.801€ (setecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e um euros).**-----

-----**Mais deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do número três, do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro com as alterações da Lei número cinco - A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro.**-----

-----**V - MRG-MANUEL RODRIGUES GOUVEIA - HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS - 40 FOGOS - BAIRRO DE SANTA LUZIA - CELORICO DA BEIRA**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente ofício n.º 06/40105/024, datado de vinte e dois de Maio do corrente ano, em nome de Manuel Rodrigues Gouveia, apresentando o modelo de entendimento a aprovar no seguimento da reunião realizada no dia dezoito de Maio do corrente ano, entre o Senhor Presidente da Câmara de Celorico da Beira, o Senhor Vereador António Silva, as Senhoras Engenheiras e da Empresa Manuel Rodrigues Gouveia os Senhores Doutores Manuel Soares e Gabriela Almeida, sobre a habitação a custos controlados – 40 fogos – Bairro de Santa Luzia em Celorico da Beira, que se apensa a esta acta **(anexo III)**.-----

-----Usou então da palavra o Senhor Presidente da Câmara, dizendo que esta obra foi realizada a custos controlados, foi uma construção efectuada sem licença e à qual a Câmara aplicou uma contra-ordenação. Foi elaborado o modelo de entendimento com a finalidade da Câmara pedir o dinheiro para poder pagar à MRG e que teve uma reunião com o INH para solicitar o financiamento da obra, cujas condições eram 40% a fundo perdido, outros 40% a juro bonificado e os restantes 20% eram encargos da Câmara, comprometendo-se esta a executar as obras de urbanização. -----

-----Disse que as pessoas que foram desalojadas serão realojadas mediante um levantamento rigoroso a fazer pelo Gabinete de Acção Social, mas até lá a Câmara continuará a pagar as rendas. A Câmara vai dar conhecimento e publicitar a venda dos apartamentos através de panfletos, publicitará também a cópia da ficha técnica de habitação como garantia. ----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar o modelo de entendimento entre a Manuel Rodrigues Gouveia e a Câmara Municipal de Celorico da Beira.**-----

-----**Deliberou ainda, por unanimidade, nos termos do número três do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações da Lei**

número cinco –A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, aprovar a presente deliberação em minuta.-----

-----**VI - AQUISIÇÃO DE UMA UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE DE MARCA IVECO MODELO DAILY 35C12V**-----

-----Para conhecimento, foi presente ofício datado de vinte e seis de Abril do corrente ano, em nome de IVECO PORTUGAL informando, que no ano de dois mil cinco foi feito um acordo com o Município de Celorico da Beira, para o fornecimento do veículo acima referido.-----

-----Sobre o veículo em causa, o Senhor Presidente da Câmara disse que esta ambulância serviu de propaganda eleitoral, andou clandestina durante algum tempo, tendo sido registada só no dia onze de Outubro. -----

-----Interveio o Senhor Vereador António Silva que disse ter contactado a Gestora do Millennium BCP, S.A., que o informou ter reprovado o leasing proposto para a aquisição do referido veículo. Quanto à aquisição do mesmo por parte da Câmara, é um assunto a ponderar. -----

-----Relativamente a esta viatura passou a explicar como se processou aquisição directa do veículo junto da central de compras do Estado, evitando assim que tivesse de ser enviada uma requisição, por isso foram dadas ordens à IVECO para a entrega do veículo. Quanto ao recurso do sistema leasing e para que sejam respeitados os requisitos legais, é necessário que o mesmo seja primeiro aprovado em Assembleia Municipal para posteriormente ser adjudicado a uma Instituição de Crédito. -----

-----O Senhor Deputado Júlio Ambrósio propôs que a Câmara tentasse trocar essa viatura por outras, dado que tem que adquirir uma ou duas viaturas para o transporte escolar das crianças. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**VII - COMUNIDADE DE TRABALHO ENTRE A BEIRA INTERIOR NORTE E DISPUTACIÓN DE SALAMANCA - ALTERAÇÕES AO ACORDO**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal presente uma proposta de alteração a alguns artigos e que se apensa a esta acta (**anexo IV**).-----

-----O Senhor Vereador José Luís Cabral disse que, no acordo foi reformulada a parte jurídica e houve a inclusão de novos artigos, mas que isso não desvirtua o seu conteúdo.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações propostas.**-----

-----**Deliberou ainda, por unanimidade, nos termos do número três do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações da Lei número cinco –A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, aprovar a presente deliberação em minuta.**-----

-----**VIII - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONSELHO CINEGÉTICO**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta para a eleição do representante das Juntas de Freguesia no Conselho Cinegético, propondo o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego, Senhor César Ferrinho de Olival.-----

-----**A Assembleia deliberou, por maioria, com uma abstenção, nomear como representante das Juntas de Freguesia no Conselho Cinegético, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego, Senhor César Ferrinho de Olival.**-----

-----Eram catorze horas e nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada esta Sessão pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

